



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

CONTRATO Nº 066/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA - SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E A EMPRESA SUPER POSTO ECONÔMICO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento particular, o Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, situada na Rua 26, Quadra 02, Lote 07, Brasil Novo, CEP. 65.930-000, Açailândia-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.790.639/0001-71, neste ato representada pelo(a) Diretor Geral, Sr. Halan Jefferson dos Santos Nobre, Portaria nº 364/2021-GAB, portador de Carteira de Identidade nº 1191268990 GEJUSPC/MA e do CPF nº 002.862.363-03, a seguir denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa SUPER POSTO ECONÔMICO LTDA, inscrita no CNPJ pelo nº 05.890.465/0001-89, localizada na Rua 26, Quadra 05, Lotes 11/12, Vila Ildemar, CEP. 65.930-000 Açailândia-MA, Neste ato representado pelo Sr. Edivan Carlos de Souza, portadora da Carteira de Identidade Nº 232160 GESJSPC/MA, e CPF nº 624.663.561-04, a seguir denominada CONTRATADA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 010/2022, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 053/2022, acordam e justam firmar o presente Contrato, assim como pelas cláusulas expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustíveis (óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum), para atender as necessidades do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 136/2015, Decreto Municipal nº 155/2019, do Decreto Municipal nº 149/2020 e alterações posteriores, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas pertinentes à espécie, e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pelo objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 35.240,00 (trinta e cinco mil duzentos e quarenta reais).



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PERC. DE DESCONTO	PREÇO UNITÁRIO COM DESCONTOS	PREÇO TOTAL
01	Óleo Diesel S10 com teor máximo de enxofre de 10mg/kg (ppm = partes por milhão)	LITRO	2.500	6,69	1%	6,62	15.500,00
	Óleo Diesel S500 (com teor de enxofre máximo de 500 mg/kg)	LITRO	3.000	6,65	1%	6.58	19.740,00
VALOR TOTAL							35.240,00

3.3 Para elaboração da tabela dos valores estimados, foram utilizados os valores para Gasolina Comum, Diesel S500 e Diesel S10 referentes a cotações de preços de postos de combustíveis locais quanto o percentual médio, bem como preços divulgados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, para os preços unitários, conforme juntados aos autos do processo.

3.4. Observações:

3.4.1. O licitante deverá consignar os percentuais de desconto que incidirão sobre cada item que compõem o objeto (gasolina comum, diesel S500 e diesel S10), sendo estes levados a efeito para a fase de lances, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

3.4.1 O licitante deverá indicar, para cada item (tipo de combustível), o correspondente percentual de desconto, que durante a execução do contrato deverá ser aplicado ao preço máximo praticado em Açailândia-MA/Municípios Vizinhos/Estado, publicado pela Agência Nacional de Petróleo-ANP;

3.4.2 Para fins de execução contratual, os preços unitários sofrerão variações, conforme preços máximos dos combustíveis (Gasolina Comum, Diesel S500 e Diesel S10) praticados na última semana.

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Açailândia SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, classificada conforme abaixo especificado:

Unidade Orçamentária	Especificação	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte de Recurso
30.40	17.122.0061.2-288 Manutenção Administrativa do SAAE	3.3.90.30.00.00	Material de consumo	500 Recursos Ordinários-

Unidade Orçamentária	Especificação	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte de Recurso
30.40	17.512.0061.2-292 Manut. Dos subsistema de abastecimento de água e Esgoto	3.3.90.30.00.00	Material de consumo	500 Recursos Ordinários-



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

4.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/ inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ ou financeiros, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DA ENTREGA:

6.1. O abastecimento dos veículos deverá ser realizado na estrutura do próprio posto de combustível;

6.2. O abastecimento será no ato do recebimento da ordem de abastecimento;

6.3. A forma de abastecimento será parcelada, sendo a entrega de acordo com a necessidade desta Autarquia Municipal;

6.4. Para o fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE;

6.4.1. O CONTRATANTE encaminhará seus veículos até o local de abastecimento em dias úteis, em feriados e fins de semana, devendo a contratada disponibilizar em todos eles profissionais para realizarem os abastecimentos;

6.4.2. O CONTRATADO fornecerá os produtos mediante a apresentação de “Autorização de Abastecimento”, conforme modelo previamente apresentado pelo CONTRATANTE e acordado pelas partes;

6.4.3. A autorização de abastecimento deverá ser devidamente preenchida com as informações relativas ao abastecimento e assinadas por funcionários do SAAE que autorizará o fornecimento. Contendo os seguintes dados:

a) Cliente: Município de Açailândia SAAE – Serviços Autônomo de Água e Esgoto;

b) Carro nº: informar o número da placa do veículo;

c) Lt: informar a quantidade em litros e o tipo de combustível;

d) Data: informar a data do fornecimento do combustível;

e) Testemunha: assinatura do funcionário da contratada;

f) Comprador: assinatura e carimbo do responsável pelo setor de abastecimento;

g) As notas de autorização de abastecimento terão validade dentro da quinzena no qual foram concedidas.

6.5. Os Combustíveis serão recusados no caso da densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição;

6.5.1. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 02 (duas) horas contados a partir do recebimento pelo CONTRATADO da formalização da recusa pelo CONTRATANTE, arcando o CONTRATADO com os custos dessa operação, inclusive os de reparação;

6.6. Para o abastecimento dos veículos, deverão ser especificados os quantitativos em litros dos combustíveis fornecidos, no preenchimento da requisição de abastecimento, bem como fornece o devido comprovante;

6.7. Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na capacidade instalada;

6.8. Em caso de panes, falta de combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, o CONTRATADO deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo de 2 (duas) hora, após o recebimento da formalização de



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

descontinuidade dos serviços emitida pelo CONTRATANTE, independente de culpa. Nesses casos em particular o fornecimento poderá ser realizado por outro estabelecimento que apresente distância máxima de 2 (dois) quilômetros do Município de Açailândia SAAE - Serviços Autônomo de Água e Esgoto. A citada exceção deverá ser utilizado apenas em situações excepcionais devendo para tanto ser justificado e comprovado a sua necessidade pela CONTRATADA, não sendo permitido subcontratação;

6.11. A CONTRATADA estará sujeita a sofrer as sanções previstas no contrato, conforme e na medida de sua responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

7.1. Durante a execução do contrato deverá ser aplicado ao preço máximo praticado em Açailândia-MA/Municípios Vizinhos/Estado, publicado pela Agência Nacional de Petróleo-ANP, deduzido do desconto ofertado na proposta vencedora deste PREGÃO;

7.2. O preço máximo dos combustíveis do Estado do Maranhão ao consumidor é divulgado pela ANP, por meio da tabela constante dos endereços eletrônicos:

HTTP://www.anp.gov.br/preços/prc/Resumo Mensal Index.aps ou
HTTP://www.anp.gov.br.

7.3. No preço contratado já deverão estar computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relações com o objeto deste contrato, isentando o Contratante de quaisquer ônus por despesas decorrentes;

7.4. Os percentuais de desconto, oferecidos nas propostas vencedoras, incidirão sobre o preço máximo do combustível, divulgado pela ANP, e serão fixos durante toda a vigência contratual;

7.5. O percentual de desconto apresentado pela licitante deverá ser por item, e será fixo durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA DO(S) PRODUTO(S):

8.1. Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

8.2. A Contratada deverá garantir a qualidade dos combustíveis além de arcar com qualquer prejuízo à CONTRATANTE decorrente de sua utilização.

8.3. O revendedor de combustíveis é obrigado a realizar análises dos produtos em comercialização sempre que solicitadas pelo consumidor. Para isto, o CONTRATADO deve manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises de acordo com a resolução da ANP vigente.

8.4. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP.

8.5. Ficará sobre a inteira responsabilidade da Contratada a garantia da qualidade mínima dos combustíveis entregues, sob pena das sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado referente ao(s) combustíveis(s) recebido(s) pela contratante, mediante o Termo de Recebimento Definitivo e apresentação de Nota Fiscal/Fatura, após a comprovação de que a contratada está em dia com as obrigações relativas a regularidade fiscal e trabalhista, para tanto, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar no ato do pagamento as referidas certidões:

9.1.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e da Seguridade Social - INSS mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

5.1.2. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.3. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.4. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.5. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.6. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

5.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

5.2. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo e mediante a apresentação das certidões enumeradas no item 7.1 deste instrumento:

9.2.1. Banco nº: BANCO DO BRASIL

9.2.2. Agência: 1311-0

9.2.3. Conta corrente: 33.795-1

9.2.4. Nome: Super Posto Econômico Ltda

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso esta esteja em situação irregular relativamente a regularidade fiscal e trabalhista. Portanto, todas as certidões enumeradas no item 7.1 deste instrumento deverão estar válidas para o dia do pagamento. Caso contrário, se quaisquer das certidões estiverem com prazo de validade expirado, o pagamento não será efetivado enquanto a(s) mesma(s) não for(em) regularizada(s);

5.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes;

5.5. A fatura não aprovada pelo Município de Açailândia SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

5.6. Para cada ordem de prestador de combustíveis, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma;

9.7. Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras. As condições de pagamentos serão equivalentes.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ENCARGOS DE MORA POR ATRASO DE PAGAMENTO:

10.1. A contratante não arcará com os encargos da mora por atraso de pagamento decorrente de ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes da cláusula sétima deste instrumento, por parte da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

11.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

12.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE PAGAMENTO:

13.1. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da contratante, no prazo estabelecido neste instrumento, ressalvado o contido no item 9.1 da cláusula nona, ensejará a atualização do respectivo valor pelo IGP- M - Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$VA = VDI / INI \times INF$ onde:

VA = Valor Atualizado VDI = Valor Inicial

INI = IGP-M/FGV na data inicial INF = IGPM/FGV na data final

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

14.1. Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

14.1.1. Os preços contratados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da assinatura do contrato;

14.1.2. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente do Município de Açailândia SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

15.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

16.1. A contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da execução deste instrumento de contrato;

16.2. As decisões e/ou providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao Diretor Geral, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

17.1. Constituem direitos da contratante, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados;

17.2. Constituem obrigações e responsabilidade da contratante:

17.2.1. Fiscalizar e acompanhar a execução deste contrato;

17.2.2. Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula do Pagamento;

17.2.3. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato.

17.3. Constituem obrigações da contratada:

17.3.1. Fornecer o(s) combustíveis(s) à(s) sua(s) expensa(s), em dias úteis e no horário de expediente;

17.3.2. Fornecer o(s) combustíveis(s), rigorosamente nas especificações, prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

17.3.3. O(s) combustíveis(s) deverá(ão) ser entregues, de acordo com a Ordem de Fornecimento dos combustíveis, durante o prazo de vigência deste contrato;

17.3.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste contrato;

17.3.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;

17.3.6. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados a e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

17.3.7. Comunicar à contratante os eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;

17.3.8. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

17.3.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.3.10. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição do(s) combustíveis(s) fornecidos(s), inclusive sua(s) quantidade(s) e qualidade, competindo-lhe também, a do(s) combustíveis(s) que não aceito(s) pela fiscalização da Contratante deverá(ão) ser trocado(s);

17.3.11. Serão de direta e exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer acidentes que porventura ocorram na entrega do(s) combustíveis(s) e o uso indevido de patentes e registros; e

17.3.12. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da Contratante, relativamente a execução do contrato;

17.4. Constituem responsabilidades da contratada:

17.4.1. Todo e qualquer dano que causar à contratante, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante;



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

17.4.2. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecedor dos combustíveis em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

17.4.3. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à contratante por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à contratante, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

17.4.4. A contratada autoriza a contratante a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa;

17.4.5. O valor a ser ressarcido à contratante nos casos de prejuízos em que a contratada for responsabilizada será apurado utilizando-se o índice IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à contratante, utilizando-se a seguinte fórmula:

VA = VDI / INI X INF onde:

VA = Valor Atualizado VDI = Valor Inicial

INI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial) INF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final);

17.5. A contratada reconhece os direitos da contratante em aplicar as penalidades previstas em lei no caso rescisão administrativa deste contrato decorrente de inexecução total ou parcial do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO:

18.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES:

19.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a empresa prestadora de combustíveis ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

19.1.1. Advertência;

19.1.2. Multa;

19.1.3. Suspensão temporária para licitar e contratar com a contratante;

19.1.4. Declaração de inidoneidade.

19.2. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à contratante e será publicada na imprensa oficial.

10.1. A contratada sujeitar-se-á à multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerado o prazo estabelecido para meta/ execução deste contrato.;

10.2. No caso de atraso na meta/ execução deste contrato por mais de 30 (trinta) dias, poderá a contratante, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, podendo, inclusive, aplicar penalidade de impedimento da



contratada em participar de licitações públicas realizadas pela contratante por um prazo de até 05 (cinco) anos;

10.3. As multas previstas nos incisos do tem 19.1 desta cláusula são aplicáveis simultaneamente ao desconto, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste instrumento;

10.4. A multa será descontada do valor da fatura, cobrada diretamente da contratada ou ainda judicialmente;

10.5. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a contratante, pelo prazo de 05 (cinco) anos, será publicada na imprensa oficial e poderá ser aplicada nos seguintes casos mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à contratante:

10.5.1. Reincidência em descumprimento de prazo contratual;

19.6.2. Descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;

10.5.2. Rescisão do contrato.

10.5.3. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se a contratada:

10.5.4. Descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à contratante;

10.5.5. Sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

10.5.6. Tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

10.6. As sanções previstas nos itens 19.1.1, 19.1.3 e 19.1.4, poderão ser aplicadas juntamente com a do 19.1.2 deste instrumento.

10.7. As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela contratante, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada, serão publicadas na imprensa oficial.

10.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, implica na impossibilidade da contratada de se relacionar com a contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ILÍCITOS PENAIIS:

20.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

21.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo;

21.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:

22.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 136/2015, Decreto Municipal nº 155/2019, do Decreto Municipal nº 149/2020 e alterações posteriores, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas pertinentes à espécie e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO:

23.1. Em conformidade com o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Açailândia - MA
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

houver), será efetuada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores), até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO:

24.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Açailândia - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Açailândia-MA, 28 de novembro de 2023.

MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA- SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 10.790.639/0001-71

Halan Jefferson dos Santos Nobre
Diretor Geral/SAAE
CONTRATANTE

SUPER POSTO ECONÔMICO LTDA

CNPJ: 05.890.465/0001-89

Edivan Carlos de Souza
Cart. Identidade Nº 232160 GESJSPC/MA


TEMUNHAS:

01 Breno Sousa Silveira CPF: 013.767.573-07

02 Thaís de Lima Sousa CPF: 062.285.863-00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2023. PARTES: Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto pela CONTRATANTE; e a Empresa SUPER POSTO ECONÔMICO LTDA, inscrita no CNPJ pelo nº 05.890.465/0001-89 localizada na Rua 26, Quadra 05, Lotes 11/12, Vila Ildemar, CEP. 65.930-000 Açailândia-MA, como CONTRATADA. **OBJETO:** Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustíveis (óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum), para atender as necessidades do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto; **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 136/2015, Decreto Municipal nº 155/2019, do Decreto Municipal nº 149/2020 e alterações posteriores, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas pertinentes à espécie **VALOR:** R\$ 35.240,00 (trinta e cinco mil duzentos e quarenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2023, Unidade Orçamentária: 30.40; Especificação: 17.122.0061.2-288-Manutenção administrativa do SAAE, Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00–Material de consumo; Fonte de Recursos: 500 Recursos Ordinários, Unidade Orçamentária: 30.40; Especificação: 17.122.0061.2-288-Manutenção dos subsistemas de abastecimento de água e esgoto, Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00–Material de consumo; Fonte de Recursos: 500 Recursos Ordinários. **SIGNATÁRIOS:** Halan Jefferson dos Santos Nobre, Portaria nº 364/2021-GAB, portador de Carteira de Identidade nº 1191268990 GEJUSPC/MA e do CPF nº 002.862.363-03 pela **CONTRATANTE**, Sr. Edivan Carlos de Souza, portadora da Carteira de Identidade Nº 232160 GESJSPC/MA, e CPF nº 624.663.561-04 pela **CONTRATADA**. **FORO:** Comarca de Açailândia/MA. **ARQUIVAMENTO:** Arquivados por meios próprios no Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Açailândia Estado do Maranhão. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de novembro de 2023. **VIGÊNCIA:** 31 de Dezembro de 2023. Halan Jefferson dos Santos Nobre. Diretor Geral/SAAE. Portaria Nº 364/2021-GAB.



Halan Jefferson dos Santos Nobre
Diretor Geral/SAAE
Portaria Nº 364/2021-GAB



DIÁRIO OFICIAL

Açailândia - Maranhão



Instituído pela Lei Municipal nº 441, de 30 de novembro de 2015

PODER EXECUTIVO

VOLUME 9, Nº 1868/2023, AÇAILÂNDIA, MA, TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2023 EDIÇÃO DE HOJE: 7 PÁGINAS

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE JULGAMENTO

Decisão Processo Administrativo nº 35119/2023 1

SAAE

PREGÃO ELETRÔNICO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2023 3

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

LICENCIAMENTOS

LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA – LOC 4

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL

HABILITADOS E INABILITADOS EDITAL Nº 02 5

HABILITADOS E INABILITADOS EDITAL Nº 03 5

PODER EXECUTIVO

COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE JULGAMENTO

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35119/2023

Processo Administrativo nº 35119/2023

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde; SERVICE LTDA

Assunto: Anulação de Licitação CONTRATRATO Nº 2023.0927.1/PE/026/2023

DECISÃO

BREVE SÍNTESE

Cuida-se de Processo Administrativo nº 35119/2023 instaurado para consultar a legalidade para anulação do processo licitatório e todos os seus atos objetos do Pregão Eletrônico nº 26/2023 que se consagrou vencedora a empresa SERVICE LTDA, CNPJ nº 19.259.326/0001-66.

O pedido consubstancia-se devido: **1)** a empresa SERVICE LTDA, CNPJ nº 19.259.326/0001-66 possuir como sócio MARCOS ANTONIO SILVA CAMELO; **2)** Por o senhor MARCOS ANTONIO também ser sócio da empresa VTRACK EIRELI, CNPJ nº 20.882.821/0001-06; **3)** por a empresa VTRACK EIRELI, outrora, fornecer serviços para Secretaria Municipal de Saúde e por força de não cumprimento contratual, foi sancionada a NÃO participar de certames no Município de Açailândia por um período de 24 (vinte e quatro meses); **4)** Por ambas as empresas serem localizadas no mesmo endereço

cônjuges de sócios e que atue na mesma área, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2115/2015 - Plenário).^[1]

Conforme dito, a empresa VTRACK EIRELI possui por sócio MARCOS ANTONIO, e a referida empresa foi sancionada com SUSPENSÃO. Já a empresa SERVICE LTDA, possui MARCOS ANTONIO como sócio em comum (após alteração do contrato), e como sócia majoritária encontra-se sua esposa, a Sra. MÔNICA SANTOS DA SILVA. Ademais, ambas as empresas possuem a mesma área de atuação da empresa penalizada VTRACK EIRELI.

Assim, a Administração deve adotar as providências necessárias à inibição de participação dessa empresa na licitação, sob pena de afronta os princípios norteadores da Administração Pública, bem como, a incidir a conduta do art. 337-M do Código Penal.

Ademais, apesar da defesa apresentada narrar que a empresa SERVICE LTDA foi alvo de recursos no trâmite do PE nº 26/2023, com argumentações semelhantes as discutidas no presente processo administrativo e o qual teve decisão pela improcedência do recurso sob argumentação de não haver sido comprovada má-fé, **é inconteste que a Administração Pública é facultada a revogação de atos que repunte ilegalmente praticados, Súmula 473 do STF.**

CONCLUSÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas, **ADOTO**, como fundamento a análise da Procuradoria-Geral do Município contidas no Parecer Jurídico nº 1261/2023-PGM, **para ANULAR PARCIALMENTE** os atos administrativos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 26/2023 a partir do ato de habilitação da empresa vencedora do certame a fim de preservar os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e economicidade.

Encaminhe-se os autos para a Comissão Central de Licitação para as diligências necessárias.

Em seguimento, solicito o encaminhamento de cópia dos autos à Secretaria de Administração para desconsideração da personalidade jurídica da empresa SERVICE LTDA para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa da empresa VTRACK EIRELI à nova sociedade constituída, nos moldes à Lei de Licitações n.º 8.666/93, com o objetivo de dar efetividade à norma e de evitar burla a sanção já imposta à referida empresa de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal. Publique-se para que surtam os efeitos legais. Açailândia, 14 de novembro de 2023. Johnathas de Oliveira Silva. Secretário Municipal de Saúde. Port. nº 257/2023 – GAB

[1] <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/20453/ocorr%C3%Aancia-impeditiva-indireta>: - Copyright © 2023, Sollicita. Todos os direitos reservados.

SAAE

PREGÃO ELETRÔNICO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2023. PARTES: Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto pela CONTRATANTE; e a Empresa SUPER POSTO ECONÔMICO LTDA, inscrita no CNPJ pelo nº 05.890.465/0001-89 localizada na Rua 26, Quadra 05, Lotes 11/12, Vila Ildemar, CEP. 65.930-000 Açailândia-MA, como CONTRATADA. OBJETO: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustíveis (óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum), para atender as necessidades do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto; **BASE LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 136/2015, Decreto Municipal nº 155/2019, do Decreto Municipal nº 149/2020 e alterações

posteriores, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas pertinentes à espécie **VALOR:** R\$ 35.240,00 (trinta e cinco mil duzentos e quarenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2023, Unidade Orçamentária: 30.40; Especificação: 17.122.0061.2-288-Manutenção administrativa do SAAE, Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00–Material de consumo; Fonte de Recursos: 500 Recursos Ordinários, Unidade Orçamentária: 30.40; Especificação: 17.122.0061.2-288-Manutenção dos subsistemas de abastecimento de água e esgoto, Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00–Material de consumo; Fonte de Recursos: 500 Recursos Ordinários. **SIGNATÁRIOS:** Halan Jefferson dos Santos Nobre, Portaria nº 364/2021-GAB, portador de Carteira de Identidade nº 1191268990 GEJUSPC/MA e do CPF nº 002.862.363-03 pela **contratante**, Sr. Edivan Carlos de Souza, portadora da Carteira de Identidade Nº 232160 GESJSPC/MA, e CPF nº 624.663.561-04 pela CONTRATADA. FORO: Comarca de Açailândia/MA. **ARQUIVAMENTO:** Arquivados por meios próprios no Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Açailândia Estado do Maranhão. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de novembro de 2023. **VIGÊNCIA:** 31 de Dezembro de 2023. Halan Jefferson

dos Santos Nobre. Diretor Geral/SAAE. Portaria N° 364/2021-GAB.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

LICENCIAMENTOS

LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA – LOC

LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA – LOC

Processo N°: 201/2023 Licença N°: 019/2023

VALIDADE: 17/11/2025

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA** do Município de Açailândia / MA, com amparo: NA Resolução CONAMA 237/2007 e Na Lei Complementar n° 140 de 08/12/2011 e Nos Termos do “Termo de Habilitação” firmado com a *Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA* em 23 de novembro de 2020, e na Lei Municipal n° 223 de 28 de outubro de 2003, alterada pela Lei Municipal n° 269 de 03 de maio de 2007 (Lei do Meio Ambiente).

Após apresentação da documentação necessária e após análise da documentação, bem como vistoria “*in loco*”, expede-se a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA – LOC**, requerida por meio do Processo Administrativo n° 201/2023

REQUERENTE: **MIDAS CONSTRUÇÕES LTDA** NOME DE FANTASIA: **MIDAS CONSTRUÇÕES**
 CPF/CNPJ: **44.918.467/0001-90** INSCRIÇÃO ESTADUAL: **12.74038.76**
 ENDEREÇO: **RUA JORGE AMADO, QUADRA 27, N° 21**
 BAIRRO: **RESIDENCIAL OURO VERDE**
 MUNICIPIO SEDE DO IMOVEL: **AÇAILÂNDIA – MA, CEP: 65.930.000**
 ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA: **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS**
 ATIVIDADE A SER LICENCIADA: **“ALUGUEL DE MÁQUINAS, VEÍCULOS, OFICINAS MECÂNICA E LAVAJATO”**
 CONDICIONANTES: *Constam no verso desta licença.*

Açailândia - MA, 17 de novembro de 2023.

*Claudenir dos Santos Viegas
 Secretário Municipal de Meio Ambiente
 Portaria – 0031/2023 – GAB*

Obs: As condicionantes serão estabelecidas no verso e nos anexos;

Esta licença restringe-se somente a operação da atividade;

O presente documento não desobriga o licenciamento de outras providências junto a órgãos municipais, estaduais e/ou federais para a legalidade plena do estabelecimento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA - LOC, N.º 019/2023

CONDICIONANTES:

Conforme análise técnica da documentação apresentada e vistoria “*In loco*” concedo Parecer favorável a renovação da Licença de Operação Corretiva, e estabeleço as condicionantes que deverão serem cumpridas, de acordo com prazo estabelecido:

1. A geração de ruídos deve estar dentro dos padrões estabelecidos na lei do silêncio municipal n° 320/09;
2. Atender as medidas de controles ambientais estabelecidas nos projetos e alterações (PE e RCA);
3. A Empresa e Atividade não poderão **gerar e ou lançar** efluentes líquidos em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, sem o prévio tratamento, e licenciamento do Departamento Ambiental do Município;
4. O uso desta licença para fins ilícitos é terminantemente proibido, ficando o empreendedor, caso verificado quaisquer irregularidades, responsabilizado civil/ criminalmente por estes;
5. Apresentar Relatório de Desempenho Ambiental-RDA na solicitação da renovação da Licença de Operação da atividade;
6. O empreendedor deverá solicitar a Renovação da licença com 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de validade da referida licença ou solicitar uma nova Licença Ambiental;
7. A validade desta licença de instalação será de 1 (um) ano, a partir da data de sua emissão;
8. A SEMMA mediante decisão motivada poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença expedida, quando ocorrer: A omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença, assim como, a violação ou inadequação, de quaisquer condicionantes ou normas legais (resolução CONAMA 237 de 19 de dezembro de 1997, artigo 19 inciso I); Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde; Se motivada e julgar necessário a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Açailândia- SEMMA poderá intervir a qualquer momento para exigir medidas adicionais de controle de poluição ambiental.
9. Publicar edital de comunicação, no prazo de 30 (dez) dias da licença ora concedida em jornal de circulação local;
10. Garantir acesso aos técnicos desta secretaria sempre que necessária a toda área do empreendimento;
11. Apresentar à SEMMA toda documentação adicional que possa vir a ser solicitada, dentro dos prazos determinados por esta;
12. Qualquer alteração nas informações apresentadas deve ser comunicada antecipadamente a esta secretaria;

Ciente do Empreendedor:
MIDAS CONSTRUÇÕES LTDA
 Açailândia: 17/11/2023

**Diário Oficial do Município**

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 441, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015
Avenida Santa Luzia, S/N, Bairro Parque das Nações
CEP: 65930-000 - Açailândia-MA
www.acailandia.ma.gov.br

Aluisio Silva Sousa
Prefeito Municipal

Renan Rodrigues Sorvos
Procurador-Geral do Município